

Prof. Gilmar Evandro Szczepanik

DEMOCRACIA

e as regras do jogo

Caros alunos

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa *Adobe Reader 11*.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto a barra inferior pode lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse pdf, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!

Índice



Apresentação

As unidades 3 e 4 de nossa disciplina são dedicadas às formas de governo e aos regimes políticos. De um modo geral, existem duas dimensões fundamentais para a classificação e a análise dos diferentes regimes políticos; a saber, i) o grau de participação dos governados no processo de escolha dos governantes; e ii) o grau de independência ou de liberdade dos governados em relação aos governantes. O primeiro critério é utilizado para caracterizar regimes democráticos ou não democráticos, enquanto o segundo, geralmente permite caracterizar os regimes como liberais ou não liberais.

O objetivo básico deste material consiste em ressaltar alguns elementos relacionados ao regime democrático. Busca-se fazer um recorte apenas de alguns elementos que ajudam a caracterizar o regime democrático brasileiro, pois trata-se de um assunto digno de reflexão, haja vista, as inquietações e insatisfações que temos presenciado nos últimos tempos. Longe de ser um tratado enciclopédico que reconstrói os fundamentos da democracia, o texto a seguir visa lançar luzes sobre algumas regras elementares que caracterizam a democracia. Trata-se de um texto provocativo cujo objetivo é promover o debate e a reflexão crítica a respeito de tema.

Bons estudos.



Democracia e as regras do jogo *

Ao invés de recorrer a uma história da filosofia e tentar traçar o perfil dos defensores e dos opositores do regime democrático, (diga-se de passagem, uma tarefa árdua e complexa devido ao longo período de tempo envolvido e a pluralidade de modos como a democracia foi concebida em diferentes países), buscarei apresentar algumas inquietações sobre o modelo atual de democracia existente no **Brasil**.

.....

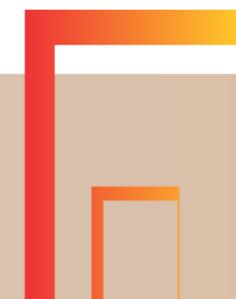
NOTAS



O recorte que proponho fazer não diz respeito à legitimidade da democracia enquanto uma forma de governo. Minha pretensão é bem mais modesta e busca identificar apenas alguns elementos relacionados à frustração com o funcionamento do sistema político democrático representativo.

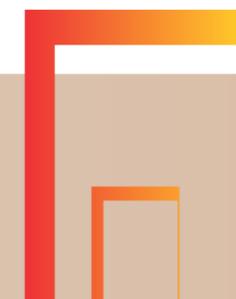
De onde vem essa frustração? Para mim, a resposta parece simples. Tal frustração vem do descumprimento das regras do jogo que envolvem o regime democrático. Mas quais são as regras desse jogo? Por que elas precisam ser observadas? O que isso tem a ver com a filosofia e com a própria ciência política?

Em primeiro lugar, a definição etimológica de “democracia” como “poder do povo”, não é suficiente para dar conta do real significado da palavra, mas adotaremos tal concepção como ponto de partida de nossa análise. Então, precisamos nos concentrar sobre o que significa “poder do povo”. Todos sabemos que quando falamos em poder nos referimos a um tipo de relação que ocorre entre pessoas ou grupo de pessoas. Em outras palavras, as pessoas podem exercer o poder e influenciar umas às outras econômica, ideológica e politicamente. Para não fugirmos do assunto, ficaremos restritos ao poder político e aí nos perguntamos: como uma pessoa pode influenciar politicamente a outra? Como que a minha ideia pode transformar-se na ideia coletiva ou universal? Aqui precisamos dar um passo e recordarmos as regras do jogo de uma democracia.



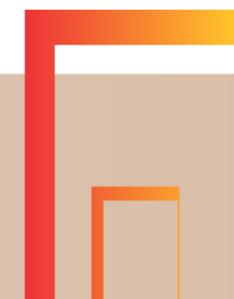
A primeira regra do jogo de um regime democrático é que todos os cidadãos têm a possibilidade de apresentar suas ideias e de defender seus **interesses**. Essa regra pode ser considerada a “regra de ouro da democracia”, pois nenhum outro regime político põe em pé de igualdade os cidadãos para que possam se expressar e defender seus interesses. Tal regra possibilita que uma pluralidade de temas e assuntos sejam colocados em pauta para serem discutidos e analisados. Trata-se de um princípio ideal a partir do qual pode-se debater temas corriqueiros tais como aqueles relacionados à educação, saúde e segurança pública e temas que por muito tempo permaneceram às margens na agenda política como, por exemplo, àqueles relacionados à legalização da maconha e do aborto, à união homoafetiva, entre outros mais. Entretanto, a regra de ouro da democracia sozinha é insuficiente para permitir um debate democrático. Faz-se necessário outra regra para que a discussão possa avançar.

A segunda regra do jogo refere-se ao fato de que as opiniões apresentadas pelos envolvidos devem ser sustentadas única e exclusivamente através de argumentos racionais válidos, ou seja, não é permitido o uso da força, de armas ou da autoridade. Partindo do princípio de que um regime democrático deve proporcionar condições ideais de diálogo, o uso de qualquer meio ilícito de persuasão ou convencimento deve ser descartado. Deve prevalecer apenas o melhor argumento. O problema que se apresenta é que nem sempre os melhores argumentos são observados.



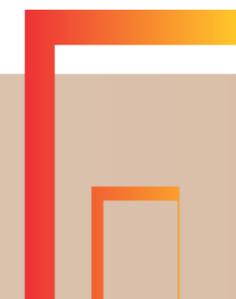
Para quem pensou que a democracia fosse repleta de regras, na minha concepção, ela se apresenta mais simples do que o jogo de futebol que, segundo a Fifa, tem 17 regras. As regras democráticas não são independentes uma da outra e frequentemente se entrecruzam. Entretanto, por que nos parece que a democracia é um jogo tão difícil de ser jogado? A resposta é simples. As regras do jogo não estão sendo respeitadas. Explico.

A primeira regra que diz respeito ao debate aberto na democracia sobre temas simples ou espinhosos não é levada a sério. Isso acontece no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas, nas câmaras de vereadores e até mesmo em muitas universidades brasileiras. Assuntos que afetam diretamente a vida das pessoas não são devidamente discutidos. Caso apareçam nas pautas, são tratados como temas de segunda ou terceira ordem e facilmente acabam sendo colocados de lado. Mas por que isso acontece? Apresento aqui alguns indícios: i) em inúmeros casos temas e assuntos políticos relevantes são deixados de lado porque há conflito com os interesses econômicos, ou seja, a discussão política é engolida por interesses econômicos. Por exemplo, a discussão sobre o fim do financiamento privado de campanhas políticas não avança em nenhuma esfera, pois a influência que o poder econômico exerce é maior do que a força e a boa vontade política. Assim, um tema tão importante como esse que poderia ajudar a reduzir a corrupção não é apreciado adequadamente; ii) muitos temas são tidos como tabus e, por esse motivo, são tidos como intocáveis. Neste aspecto, encontram-se principalmente



aqueles temas que estão vinculados, direta ou diretamente, com aspectos religiosos ou associados aos costumes da tradição. Temas como a descriminalização do aborto, a união e a adoção de casais homoafetivos, a legalização da maconha, o **suicídio assistido**, entre outros causam um alvoroço toda vez que alguém pretende discutir. Mas por que tais temas não são discutidos em uma democracia? A resposta parece simples, pois questões relacionadas à religião não são debatidas abertamente. Tratam-se de questões de fé, de princípios religiosos, de crenças que exigem apenas uma aceitação do que é apresentado. Nesse sentido, o aumento de políticos profissionais que se autodenominam religiosos é uma verdadeira afronta a democracia, pois os mesmos não respeitam as duas regras elementares do regime democrático. Desse modo, não seria exagero estabelecermos uma inferência simples: “quantos mais religiosos na política, menos democracia teremos”; iii) há um desdém pelos problemas das minorias, isto é, questões que dizem respeito, por exemplo, aos indígenas, aos trabalhadores sem terras, às pessoas sem teto, aos homoafetivos, aos negros e aos pobres. Tais questões não são devidamente debatidas, pois, teoricamente afetam um menor número de cidadãos e há problemas “mais importantes” a serem tratados.

O desrespeito a regra de ouro da democracia é uma afronta a própria democracia e acaba, conseqüentemente, desvirtuando o próprio regime, pois ao invés de ser um espaço de debate crítico e reflexivo torna-se um espaço no qual impera a “ditadura da maioria”. Não podemos aceitar que a democracia seja reduzida a ditadura da



maioria. Isso nos conduz aos casos de inobservância da segunda regra da democracia.

Apenas para recordar, a segunda regra do jogo democrático diz respeito a utilização de argumentos válidos. Os acadêmicos de filosofia, desde o início do curso, apreendem a diferenciar os argumentos válidos e argumentos inválidos tipificados especialmente como sofismas e falácias. A filosofia é a arte da argumentação assim como o é também a própria democracia. Nesse sentido, a filosofia tem muito a contribuir com a democracia à medida que procura estabelecer critérios para dizer se um argumento é válido ou não. Assim, por exemplo, tanto a filosofia quanto a democracia deveriam evitar conclusões irrelevantes (concluir algo que não tem nada a ver); petições de princípio do tipo “A cegueira existe? – Ora, se não existisse você não estaria aqui!”; generalização apressada; recurso à força ou autoridade; apelo à piedade ou ao populismo. O bom filósofo, de um modo geral, sempre busca respeitar tais princípios. O mesmo não pode ser dito dos nossos representantes democráticos que, em sua grande maioria, sequer sabem da existência de tais princípios. E aí podemos perguntar? Quais as consequências que esse descaso com a argumentação produz no cenário democrático?

Bom, fica difícil enumerá-las, mas tentarei aqui sintetizar alguns pontos. Nota-se que não há uma qualificação do discurso político, pois grande parte do eleitorado encontra-se inclinado a ver “a pessoa” e não os argumentos ou a posição que ela defende .

NOTAS





Assim, a cada dia que passa vemos os políticos profissionais utilizando-se de rótulos para angariar prestígio, simpatia e, conseqüentemente, mais votos. Multiplicam-se os casos de cargos do executivo e do legislativo que são pleiteados pelo pastor R, o cantor S, o sargento T, o médico U, o professor V, o motorista X e o porteiro Z. Nesse cenário, não há espaço para argumentos. Os argumentos dão lugar ao fato do sujeito ser “famoso, bonito, carismático” ou qualquer outra coisa.

Mas a fragilidade do discurso político em um regime democrático não para por aí. O senso comum que perpassa a maioria das pessoas (muitas delas na própria universidade), têm uma visão equivocada acerca do “debate político”. Tais pessoas confundem democracia com “vale tudo”, ou seja, elas pressupõem que toda e qualquer opinião deve ser respeitada, considerada e, pior



de tudo, ser levada a sério. Entretanto, sabemos muito bem que as coisas não seguem essa lógica, pois há muitas opiniões ingênuas e infundadas que, se fossem levadas a sério, seriam um sintoma de demência e poderíamos ser considerados imbecis. Por exemplo, alguém poderia pensar que para acabar com a fome e a miséria no país e no mundo deveríamos matar os famintos e os miseráveis, solucionando, conseqüentemente o problema. Tal ideia soa absurda e, por esse motivo, não deve sequer ser considerada.

O debate democrático autêntico e maduro se faz a partir de teses bem fundamentadas e justificadas que demonstram ser minimamente razoáveis. Não aceitar qualquer opinião ou não levar uma opinião a sério não nos faz sujeitos anti-éticos ou imorais. Ao contrário, mas faz sujeitos autênticos, maduros e autônomos. Se discordo de uma tese apresentada por alguém, estou me posicionando contra os argumentos apresentados por ela na tentativa de justificar a suposta tese. Não se trata de uma crítica à pessoa, aos seus hábitos ou ao seu modo de vida. Contudo, essa maturidade do debate parece, infelizmente, estar muito distante de nossa realidade.

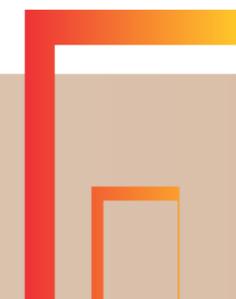
Por fim, gostaria de regressar às questões iniciais desse texto que estão relacionadas às frustrações com o regime democrático. Se os argumentos utilizados internamente nas práticas democráticas são pobres e precisam ser melhorados para a consolidação plena de uma democracia madura os argumentos utilizados para a supressão ou substituição da democracia por outro regime de



governo são uma piada de mau gosto para qualquer cidadão minimamente esclarecido. Se pararmos para avaliar os discursos divulgados pelas grandes mídias, pelos jornais locais ou até mesmo pelos corredores de nosso espaço de trabalho ou de algum outro lugar aonde há um aglomerado de pessoas teremos um trabalho gigantesco e dificilmente para encontrarmos um argumento plausível ou minimamente defensável. Desse modo, a filosofia tem um papel importantíssimo e insubstituível para a democracia, isto é, avaliar e averiguar os argumentos que são utilizados para persuadir e convencer as pessoas. A democracia precisa ser fortalecida e os argumentos melhorados. Não precisamos substituir o regime democrático. Precisamos aprender a nos posicionarmos democraticamente, fortalecendo ainda a própria democracia. O jogo é simples, mas precisamos estar preparados. Assim como ninguém joga futebol com uma bola de boliche também não podemos querer entrar num jogo democrático sem os materiais adequados, ou seja, uma argumentação refinada. Não precisamos substituir a democracia, precisamos filtrar e selecionar melhor o que é digno de debate e de **apreciação**.

.....

NOTAS



Referências bibliográficas

HABERMAS, J. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

PUCRS. Como evitar falácias. Disponível em: <http://www.pucrs.br/gpt/falacias.php>. Acesso em 10 de abril de 2015.

SINGER, P. Ética prática. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

STONE, I. F. O julgamento de Sócrates. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VANDRÉ, G. Pra não dizer que não falei das flores. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/geraldo-vandre/pra-nao-dizer-que-nao-falei-das-flores.html>. Acesso em 06 de abril de 2015.

